

RELATÓRIO FINAL

I CONAD EXTRAORDINÁRIO

Brasília, de 20 a 24 de março de 1987

ADs presentes ao I CONAD

FEDERAIS

Fundações: APROFURG, ADUFPel, ADUFSCar, ADUNI-Rio, ADUFMS, ADUnB, ADUFMAT, ADUFOP, ADUFU, ASPUV, ADUFS, ADUA, ADUFAC.

Autarquias: ADFCAP, ADUFC, ADURN, ADUFPB-JP, ADUFPB-CG, ASPEC, ADUFEPE, ADUFERPE, APUB, ADUFG, APUBH, APES, ADMED, ADUFES, ADUR-RJ, ADUFRJ, ADCEFET-“CSF”, ADEPM, APUFPr, APUFSC, ADUFRGS, APUSM, ADFCAP, APRUMA.

Estaduais: ADUEM, ADUEL, ADUSP, ADUNICAMP, ASDUERJ.

Particulares: APROPUC-SP, APROPUC-Campinas, ADUNIMEP, ADUSU.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

TEMA I – QUESTÕES SETORIAIS

RELATÓRIO DAS IES FEDERAIS – AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

1 – Informes da Diretoria

1.1. Tramitação do projeto de isonomia no Congresso

a) Na Câmara

ANDES, FASUBRA e CRUB, com o auxílio dos deputados Otávio Elíseo (MPDF-MG e Hermes Zanetti (MPDB-RS), conseguiram obter as assinaturas de todos os líderes dos partidos na Câmara em requerimento pela adoção de regime de urgência para o projeto de lei. Em audiência com as três entidades, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, considerando a relevância do projeto, a concordância de todos os partidos e a harmonia entre os interessados, concordou em agilizar o processo, encaminhando a solicitação ao secretário da mesa e designando como relator o deputado Hermes Zanetti. Este pretende propor à Câmara, na segunda-feira, dia 23, a aprovação do regime de urgência e a convocação de uma sessão extraordinária na Câmara dos Deputados para o dia seguinte, após a sessão da constituinte. Nessa sessão, apresentará parecer a favor da aprovação do projeto, e procurará aprová-lo, rejeitando as emendas que porventura suram, de modo a que ele chegue ao Senado na quarta-feira, dia 25. A ANDES está informada de que é praticamente certo que serão apresentadas emendas por parlamentares, sob inspiração de alguns reitores de fundações, inconformados com o estabelecimento legal da isonomia, e com alterações no estatuto jurídicos das fundações.

b) No Senado

Até o dia 17/3/ter, conseguiu-se as assinaturas, para o requerimento de regime de urgência, dos líderes do PFL, do PL e do PDS. Aboradado, o líder do PMDF, Fernando Henrique Cardoso, alegou que sua assinatura equivale a mandar fazer e que precisava ouvir o Ministério da Fazenda, não cedendo aos argumentos de que se tratava de atender uma reivindicação antiga dos professores de ensino superior, e de que o projeto é do governo. Disse que examinaria a questão e responderia na quarta-feira, dia 18; com o processo de eleição do líder do PMDB na constituinte, não foi possível encontrá-lo até o final da semana. Observa-se, ainda que, se o Senado introduzir mudanças no projeto, este deverá voltar à Câmara, para nova votação.

c) Alteração no texto do projeto: 1º e 2º graus

Atendendo a reivindicação da ANDEF e da FENASEF, o MEC introduziu um § 5º no art. 4º do projeto, estendendo a isonomia às escolas isoladas de 1º e 2º graus, subordinadas ou vinculadas ao MEC.

1.2. Posição dos procuradores das IES e do CRUB

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

Os procuradores das IES funcionais emitiram parecer criticando o projeto e propondo diversas alterações. Análise desse parecer, de autoria de Renato e Pedro Cecato (ANDES).

Reitores de fundações, influenciados pelo parecer dos procuradores, realizaram, em 13/3, uma reunião em Uberlândia, na qual criticaram fortemente o projeto. Em função disso, o CRUB realizou uma reunião extraordinária, na qual adotou a seguinte posição: 1) em princípio, fica mantida a posição anterior, de se buscar a aprovação do projeto como está; 2) havendo, porém, consenso com a ANDES, a FASUBRA e o governo, poder-se-á propor alterações no projeto.

1.3. Posição da FASUBRA

A FASUBRA mantém sua posição anterior: lutar pela aprovação do projeto, sem emendas. O Conselho Nacional da FASUBRA vão se reunir dias 28 e 29 para discutir a greve.

1.4. posição da UNE

A presidenta da UNE afirmou que a entidade apóia o movimento dos docentes e servidores, mas ao mesmo tempo expressou sua preocupação frente aos efeitos de uma possível não reposição das aulas após a greve. A ANDES discutirá, com a UNE, nos próximos dias, sobre a orientação seguida pelo movimento docente e as relações deste com o movimento estudantil.

1.5. Audiência com o ministro da educação (19/3, quinta-feira, 8h30)

Pela ANDES, estiveram presentes à audiência, os professores Newton, Márcio, Ibañez, Florismar, Miriam, Pádua, Maciel. O ministro manteve uma postura de intransigência e impermeabilidade ao diálogo. Afirmou que:

- a tabela salarial das fundações seria reajustada de acordo com a lei, ou seja, pela inflação integral, com 2,5% a título de produtividade; o MEC não alterará esse reajuste; a questão salarial é problema de todo o funcionalismo público e, como tal, é afeta ao ministério da administração;

- quanto a verbas, o MEC espera a realização dos restos a pagar de 1986 – no valor de Cz\$ milhões, já liberados – até o final de março; deverá estar concluído até o final de abril um estudo definindo a suplementação de verbas para correção inflacionária, a ser destinada às IES.

- se o Congresso decidir incluir a aposentadoria integral no projeto de lei da isonomia, haverá veto presidencial, por ser medida inconstitucional;

- o governo manterá a proibição de contratação; o MEC não pedirá novas contratações excepcionais, enquanto não forem efetivadas as 500 já acertadas em 1986.

A ANDES novamente afirmou que a responsabilidade pela correção da tabela salarial das fundações – inclusive quanto à DE (Dedicação Exclusiva) e fator de progressão – é o do MEC. Nesse momento, o ministro sugeriu que a ANDES se reunisse na mesma tarde com o novo secretário da SESu, Ernani Bayer, para apresentação de estudos.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

Ao final da audiência, dizendo não estar fazendo uma ameaça, disse que, se houver paralisação de um lado, poderá haver paralisação do outro, com o governo se desinteressando da aprovação do projeto. Afirmou ter sido difícil conseguir esse projeto tal como está.

1.6. audiência com o secretário da SESu, Hernani Bayer, foi completamente diferente da adotada pelo ministro. O secretário frisou estar aberto e desejoso de diálogo, reconhecendo que as dificuldades salariais e de verbas da universidade são graves e que, àquela altura, a greve nacional dos docentes era já praticamente inevitável.

Ao final da audiência, o secretário concordou que os seguintes pontos resumiam as posições por ele defendidas na audiência:

1. É fundamental lutar-se pela aprovação do projeto de lei da isonomia tal como ele se encontra, pois a tentativa de introdução de qualquer mudança implicaria em atraso na aprovação e, conseqüentemente, no momento a partir do qual os docentes e servidores terão direito aos benefícios salariais.

2. deve-se começar imediatamente a trabalhar no plano de cargos e salários. Ainda não se constituindo formalmente uma comissão. MEC, CRUB, ANDES e FASUBRA devem trabalhar conjuntamente desde já. O secretário disse que reivindicará para a SESu a representação do MEC nesse trabalho.

3. frisando que se tratava de sua posição pessoal, com a qual o governo poderia não concordar, o secretário afirmou que a isonomia implica necessariamente em extensão, a todos, dos benefícios já existentes, o que faz com que esteja implícito no projeto de lei a aposentadoria integral, pois em algumas universidades ela já existe.

4. o secretário afirmou estar disposto a examinar propostas no sentido de que certas vantagens, como DE e fatores de progressão, sejam revistas de modo a se obter melhoria nos níveis salariais.

5. a expectativa do MEC é de que até o final de março serão liberados Cz\$ 582 milhões, que constituem restos a pagar de 1986. O secretário afirmou não ter dúvidas de que haverá suplementação de verbas, até mesmo porque se trata de obrigação legal advinda da Emenda Calmon e haverá excesso de arrecadação, devido à inflação.

6. Segundo o secretário, está próximo o momento de efetivação das 500 contratações de docentes, autorizadas em 1986, a título de excepcionalidade. Conseguido isso, será necessário continuar a pressionar por novas contratações, sendo necessária pressão, não só do MEC, mas também dos reitores.

1.7. – Comissão da ANDES para o 1º e 2º graus

A Comissão reuniu-se no dia 14 de março de 1987, em Belo Horizonte, tendo desenvolvido seu trabalho em duas etapas.

Parte da manhã

Informes gerais sobre a atual situação da campanha salarial das IES Federais, sobre a isonomia e possíveis desdobramentos.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

Também foi discutida a situação dos professores de 1º e 2º graus no movimento, que de acordo com as informações recebidas pela ANDES, estão incluídos no projeto de isonomia.

O presidente da ANDEF, Paulo Fábio, que esteve presente nesta parte da discussão, também fez o relato das negociações desenvolvidas em Brasília junto ao MEC, no último dia 11.

Foi colocada a especificidade dos docentes de 1º e 2º graus das IES Federais, que historicamente vêm participando na ANDES e em suas campanhas salariais, em conjunto com os docentes de 3º grau. Esta questão deve ser aprofundada pelos colegas, no sentido de termos uma ação organizada junto à ANDES.

Parte da Tarde

O trabalho da Comissão procurou estabelecer propostas e cronogramas para agilizar a organização do setor de 1º e 2º graus da ANDES. Partiu-se do entendimento de que a dissociação da luta dos docentes de ensino superior acarretará perdas e retrocessos, enfraquecendo a luta. A intenção é avançar no sentido de termos um tratamento isonômico de todos os docentes das IES Federais, incluindo aí os de 1º e 2º graus.

Como consequência desse entendimento, a proposta de pauta de reivindicações para os docentes de 1º e 2º graus das IES Federais que a Comissão encaminha para ser discutida e deliberada pelas AGs é a pauta de reivindicações da ANDES para os docentes de 3º grau, com as especificidades referentes ao plano de carreira e respectiva tabela salarial.

2. Informes das ADs sobre a pauta do Congresso

São os seguintes os resultados consolidados das AGs, realizadas pelas ADs?

2.1. Indicativo de greve	
IES já em greve	2
IES com indicativo de greve para outros dias (26 e 30)	2
AGs com indicativo de greve	34
AGs em discussão	4
AGs que não discutiram	1
Total	43
2.1.2. Indicativo de greve para o dia 24	1
I Indicativo de greve para o dia 25	21
Indicativo de greve para o dia 26	1
Indicativo de greve para o dia 31	9
Total	35

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

2.2. Reposição de aulas	
AGs em discussão	11
Ags que não discutiram	13
AGs que não se definiram	24
AGs contra a reposição de aulas	14
AGs a favor do indicativo de não reposição	2
Ags contra se decidir a priori	3
AGs que se definiram	19
Total	43

3. Avaliação e Encaminhamentos

3.1. Pauta de reivindicações

A Pauta de reivindicações deve ser mantida tal como está, sem ser introduzida qualquer modificação.

É necessária a imediata divulgação do conjunto completo das reivindicações, particularmente no tocante à isonomia, que é reivindicada para já e com a tabela salarial da ANDES- o que é importante porque o governo está habilmente jogando com a afirmação de que á está concedendo a isonomia.

3.2. Indicativo de greve

Aprovado o indicativo de greve nacional para o dia 25//3, por unanimidade e aclamação.

3.3. Caráter da greve

Será enviado ás ADs, como subsídio, o documento elaborado pela Comissão Ética da ADUnB, com orientação para o movimento de greve nessa IES.

3.4. Reposição/não reposição de aulas

- O CONAD delibera não tomar uma posição final sobre a questão.
- O CONAD cria uma comissão para apresentar na plenária final, um documento com o objetivo de aprofundar e politizar a discussão, contribuindo para o encaminhamento da questão nas ADs.

Comissão para redação do documento: Miriam (ANDES), Atílio (ASPUV), Dora (APUBH), Maria Elisa (ADUFF).

Obs.: Esse documento não chegou a ser apreciado na plenária final.

- O CONAD solicita às AGs que se posicionem sobre a questão até o o dia 3/4/sexta-feira.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

3.5. Docentes de 1º e 2º graus, lotados nas IES Federais O CONAD remeterá às ADs:

1. Quadro de docentes de 1º e 2º graus lotados nas IES Federais, contendo:
 - a) Onde existem docentes nesse caso;
 - b) Número de docentes nesse caso;
 - c) Ocorrência de filiação à ANDES e/ou a outras entidades.
2. Quadro mostrando o estado da discussão e as deliberações nas AGs já realizadas, sobre a consulta da comissão de 1º e 2º graus da ANDES, acompanhado dos documentos existentes.
3. Reafirmação do encaminhamento da comissão propondo que as ADs realizem AGs e deliberem sobre a questão.

Recomendação às ADs para que realizem reuniões específicas com os docentes de 1º e 2º graus para discussão da questão, antecedendo as AGs, que deliberação a respeito.

4. Proposta da ANDEF e da FENASEF sobre tabela salarial e PCS.

O CONAD delibera, como orientação à ANDES:

1. Manter a articulação com a ANDEF e a FENASEFE no sentido de se alcançar a unificação da pauta.
2. Dar continuidade à elaboração do PCS dos docentes de 1º e 2º graus das IES Federais, procurando, sem prejuízo da autonomia das entidades, encontrar, com a ANDEF e a FENASEFE, uma proposta comum a ser encaminhada ao MEC.

3.6. Texto do projeto de lei da isonomia

O CONAD rejeita a introdução de emendas ao projeto de lei da isonomia, orientando a luta no sentido de sua aprovação do projeto, considerando que as deficiências deste não são suficientes para justificar um atraso na data a partir da qual terão vigência os benefícios salariais da isonomia.

O CONAD cria uma comissão nacional para continuar estudado juridicamente o projeto de lei, inclusive visando a elaboração do plano único.

Composição da comissão: Pedro Cecato (ANDES), Renato (ANDES), Regina (ADUFEPE), um professor da UnB, da área de direito.

3.7. Encaminhamentos

a) Documento nacional de divulgação da greve

O CONAD aprova um documento sobre a greve, em torno do eixo central de defesa da universidade pública e gratuita, voltado para a politização da base

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

do movimento e para a divulgação deste e conquista de apoio junto a entidades e movimentos da sociedade civil.

Comissão para redação de proposta do documento, a ser submetido ao plenário do CONAD: Gil (ADUFSCar), Sadi (ADUnB), Marco Antônio (ANDES).

b) Pressão pela aprovação do projeto de lei da isonomia.

O CONAD referenda a deliberação adotada em 21/3/sábado, pela reunião do setor das federais:

“ Os delegados devem encaminhar imediatamente às ADs que pressionem os deputados federais de seus estados, no domingo, para que estes:

- compareçam à sessão da Câmara do dia 23/seg e votem a favor do regime de urgência para o projeto;

- compareçam à sessão extraordinária da Câmara, provavelmente no dia 24/terça-feira, garantam o quórum e votem a favor da aprovação do projeto sem emendas.”

c) Cartaz da Greve

O CONAD aprova a confecção de um cartaz em tamanho grande, colocando a ênfase central na defesa da universidade pública, definindo com clareza nossas reivindicações e apresentando as razões pelas quais as IES Federais estarão, quando o cartaz for afixado, em greve. O cartaz terá , como destaque principal, a frase: “Estamos em greve em defesa da universidade pública e gratuita”.

d) Investigação sobre o destino das verbas da Emenda Calmon

O CONAD proporá ao congresso Nacional formas de encaminhar uma investigação com ampla repercussão, sobre o destino que estão tendo as verbas destinadas à educação pela Emenda Calmon.

e) Montagem do CNG das Federais

O Comando Nacional de Greve das ADs das IES Federais será instalado no dia 23/3/Quarta-feira, às 14h, na UnB.

Cada AD decidirá se o seu delegado ao CONAD passar a integrar o CNG ou se é substituído.

Os delegados que já compõem o CNG terão reunião logo após a plenária, para elaboração do telex nº 0 (zero) do CNG, a ser enviado às ADs no dia 23/3/segunda-feira, pela manhã.

RELATÓRIO DO SETOR DAS ESTADUAIS

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

1. Foi comunicado pela diretoria da ANDES a efetivação da professora Rita Oliveira, na coordenação do setor. A vice-coordenação ficará a cargo do Prof. Aníbel Sanchez Moura.

2. Questão Salarial

Grande parte das Universidades Estaduais encontra-se, hoje, em situação de greve por questão salarial.

O CONAD Extraordinário aprova a elaboração e boletim especial para o setor. Para sua execução, ficou estabelecido que as vice-regionais (Sul, São Paulo e Nordeste III) deverão reunir-se com as ADs das Estaduais para análise sobre a influência da desfavorável conjuntura econômica sobre os salários dos professores, descrição da situação salarial atual, apresentação dos salários reivindicados, formas de lutas (greve e mecanismos de negociação previstos e/ou em andamento), comparação das reivindicações com a tabela de salários proposta pela ANDES. Este trabalho deverá estar terminado até o dia 3/4 próximo, e enviado imediatamente à coordenadora do setor, para a edição do boletim, que deverá sair no menor espaço de tempo possível.

3. Estatuintes

Em relação às Estatuintes, o setor detectou as dificuldades e a importância de seus processos de instalação e desenvolvimento. Reafirmou a necessidade de que sejam antecipadas por discussões sobre o caráter e objetivos da universidade.

3.1. Recomendação

Fóruns específicos para a discussão de Estatuintes devem ser criados nas ADs. Reafirmou-se a necessidade de nestes /fóruns estarem presentes os outros setores organizados da universidade (DCE e Associação de Funcionários).

4. Constituintes Estaduais

Decidiu-se por sugerir às ADs que ampliem a discussão em suas bases sobre as Constituintes Estaduais, e ao mesmo tempo iniciar contatos com Deputados Estaduais, tendo em vista a criação de canais que possibilitem efetiva interferência.

O CONAD Extraordinário aprova:

- a) Organização do II Encontro das Estaduais em Congresso da ANDES, para deliberar sobre a plataforma única das IES estaduais, tendo em vista as reivindicações do momento das Estaduais na elaboração das Constituintes Estaduais.
- b) Instauração e/ou ampliação da discussão das ADs em suas bases sobre as Constituintes Estaduais. Iniciar contatos com Deputados Estaduais

5. Eleição de Dirigentes

- a) Após a discussão sobre a situação política das ADs e sua relação com as Universidades, observou-se que os estágios diferenciados de

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

democratização exigem o constante cuidado das ADs com sua política autônoma e independente.

- b) Tendo em vista o recuo do governador da Bahia, Waldir Pires, na aceitação do nome votado pela comunidade universitária para reitor, o CONAD Extraordinário **aprova** enviar um telegrama com a seguinte redação: “Excelentíssimo Senhor Governador Waldir Pires, a Plenária do Conselho Nacional das Associações de Docentes, reunidos extraordinariamente pela ANDES, em Brasília, no dia .../3/87, reafirma a carta aos governadores eleitos, elaborada no 6º Congresso da ANDES, que Vossa Excelência dever ter recebido, onde explicitamente colocamos contra o arbítrio que é não nomear como Reitor aquele que eleito pela comunidade de cada Instituição. A atitude antidemocrática de impor nome de dirigentes à comunidade universitária encontra-se hoje superada em diversos locais de nosso país. Reeditá-la na Bahia é uma atitude que esperamos não encontrar em Vossa Excelência neste início e durante o seu governo. Saudações Universitárias.”
- c) O CONAD Extraordinário **delibera** que a ANDES envie um telegrama ao governador de São Paulo, para que ele escolha o diretor do Hospital das Clínicas por meio de consulta à comunidade universitária.

RELATÓRIO DO GT DAS PARTICULARES

Apresentado o relatório do Setor das Particulares, o CONAD Extraordinário toma as seguintes deliberações:

1. Verbas

1.1. Propostas aprovadas

- 1.1.1. Que o movimento docente como um todo assuma a luta pela ampliação de vagas na rede pública, inclusive a abertura de cursos noturnos.
- 1.1.2. Que o Movimento Docente como um todo assuma a lutas pelo fim da proibição de contratações de professor da rede pública.
- 1.1.3. Reafirmar o compromisso conjunto do Movimento Docente dessas lutas, que apontam na direção do Ensino Público e Gratuito.
- 1.1.4. Que as ADs discutam, do ponto de vista do movimento, as implicações e os prejuízos causados à organização, luta, ensino, pesquisa e extensão, tanto para o setor público quanto no privado, pelo não cumprimento do regime de trabalho, em particular a D.E., por parte de professores da IES Públicas. Deve-se levar em conta as condições de trabalho e a política de arrocho de verbas e salários dos governos federal e/ou estadual, e que não é competência das ADs, mas de organismos democratizados da Universidade, propor providências de caráter administrativo e disciplinar. A ANDES deve incentivar a troca de informações entre os setores sobre esta questão,, pro intermédio do GT PE, devendo o GT das particulares prover subsídios a esta discussão.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

- 1.1.5. Implementar a decisão do VI Congresso da ANDES, no sentido que esta coordene o aprofundamento junto às ADs, dos estudos sobre a ação das fundações internas nas IES públicas, e o seu comprometimento com:
- a) a quebra da autonomia universitária (decisões paralelas e departamentos e setores);
 - b) a depreciação da pesquisa básica;
 - c) a dissociação do ensino e da pesquisa;

Além disso, analisar seu comprometimento com:

- a) Introdução de formas de ensino pago nas SIES públicas;
- b) A dilapidação do patrimônio público para fins privados.

O XV CONAD deverá se posicionar com medidas definitivas.

2. Campanha Salarial

O CONAD Extraordinário, em relação à Campanha Salarial, delibera que deve ser reforçada:

- 2.1. a luta pela estabilidade no emprego;
- 2.2. a divulgação do documento “A farça das anuidades”, já publicado no Boletim da ANDES;
- 2.3. a unificação entre os SINPROS, AD’s e ANDES.
- 2.4. Recomendação: paralizações unificadas (já existe em São Paulo indicativo de paralisação para o dia 25/3).

3. Demissões

O CONAD Extraordinário aprova os seguintes encaminhamentos para a questão das demissões:

- 3.1. Organizar formas de pressão para que o anteprojeto de lei que garanta a estabilidade dos dirigentes de AD’s do setor particular seja aprovado no Congresso Nacional.
- 3.2. Formar e fortalecer os comitês de Luta contra as demissões.
- 3.3. Publicar nas IES as listas atualizadas de demissões, colocando de forma explícita para a categoria:
 - que as demissões se deram por perseguição política;
 - a área de especialização de cada professor demitido;
 - a instância (dep., etc) que propôs a demissão.

4. A Legislação ordinária:

- 4.1. PROPUC-C ficou encarregada de apresentar o esboço (estrutura) geral com destaque nos assuntos mais prioritários.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes das do Ensino Superior

- 4.2. Demissões/Comitês: o GT deve apresentar proposta organizativa e de funcionamento.
- 4.3. Livro “Negro” das Mantenedoras: editar o 1º fascículo
- 4.4. Política de verbas: APROPUC-SP, ADUNIMEP e ADUSU ficaram encarregadas de apresentar elementos para atualização/crítica da política de transição.
- 4.5. Até o próximo CONAD o GT Particulares será constituído pelas AD’s presentes neste CONAD Extraordinário: APROPUC-SP, APROPUC-C, ADUNIMEP, ADUSU.

PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS EM GREVE EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA

Este é um momento histórico. Pela primeira vez decidem os docentes das Instituições de Ensino Superior Federais iniciar uma GREVE NACIONAL UNIFICADA. Torna-se necessário ter absoluta clareza sobre nos une nessa luta comum: a firme disposição de impedir a tentativa de destruição da Universidade Pública Brasileira, empreendida pelo governo.

Dois anos de experiência mostram que está sendo seguida, com determinação, a mesma política educacional do regime militar: trata-se de privatizar o controle sobre a produção e transmissão do conhecimento na universidade. Para isso os professores das IES federais devem ser forçados a vender serviços em troca de complementação salarial e as IES devem ser obrigadas a captar recursos no mercado e, adicionalmente, introduzir o ensino pago, para complementarem seus orçamentos. Como instrumentos para levar docentes e universidades seguirem esse caminho, o governo adota o corte de verbas em termos reais, o rebaixamento salarial, o veto a benefícios que tornem atrativa a carreira docente, a proibição de novas contratações. As consequências são óbvias: crescente evasão, com os professores procurando salários dignos em outras profissões, deterioração até mesmo física das IES federais, perda de qualidade do ensino. A política governamental para a educação superior é, portanto, uma política deliberada de destruição do ensino superior público e gratuito.